

Mídia e história única: o imaginário social sobre a Baixada Fluminense¹

Jeniffer dos Santos Cavalcanti²
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

O trabalho tem por objetivo discutir a construção do imaginário social sobre a Baixada Fluminense, frequentemente retratada pela mídia como um território de violência e precariedade. A região, que compreende treze municípios, e tem alta concentração de população negra, é estigmatizada nas coberturas jornalísticas desde a década de 1960, com foco em problemas como criminalidade e falta de infraestrutura. Nossa hipótese é de que o jornalismo hegemônico contribuiu para a construção de uma história única (ADICHIE, 2019) acerca desse território. Esse imaginário social, que limita a compreensão sobre a Baixada, reforça práticas de segregação espacial e simbólica.

PALAVRAS-CHAVE

imaginário; história única; mídia hegemônica; Baixada Fluminense; narrativas urbanas.

Introdução

“Notícia da Baixada é sempre assim: mataram dois, morreram três, um morreu de susto... (risadas). É por aí!”. Essa é a resposta de uma jovem moradora de Copacabana, no documentário “Nunca fui, mas me disseram”, de 2007³, sobre o que é noticiado pela mídia acerca da Baixada Fluminense. No filme, moradores da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro são entrevistados a respeito de suas percepções sobre a região da Baixada. Apesar da maior parte deles afirmar que nunca esteve no local, as respostas são sempre ligadas a questões de violência e precariedade. Para justificar tal fala, muitos dos entrevistados afirmam que essa é a maneira como o jornalismo representa a Baixada Fluminense. Assim, são tópicos como a criminalidade, as enchentes, a falta de saneamento básico, e transporte público precário que fazem parte do imaginário sobre a localidade.

Localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada compreende treze municípios que somam cerca de 3,5 milhões de habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2022. Número que representa 22% da população total do estado.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT11SE - Comunicação e narrativas urbanas, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-UFRJ), e-mail: jenifferscavalcanti@gmail.com.

³ Disponível em: <https://youtu.be/E8sUcveY6XA?si=lf6npWG6gdyBLTJe>. Acesso em: 26 dez. 2024.

Cerca de 68% dessa população é negra⁴, percentual ainda maior que o do estado do Rio, onde cerca de 57% da população é composta de pretos e pardos. E, segundo os estudos de Ana Lúcia Enne, sofre de um senso comum cristalizado que “teria sido formado a partir das imagens negativas produzidas pela grande imprensa acerca da região” (ENNE, 2004, p. 16). À vista disso, o presente trabalho tem por objetivo discutir o imaginário social construído pela mídia hegemônica sobre a Baixada Fluminense. A partir da noção de que o jornalismo hegemônico é um reprodutor de lógicas de poder coloniais, nossa hipótese é de que a mídia contribuiu para a construção de uma história única (ADICHIE, 2019) acerca desse território.

As relações de poder no espaço urbano

O território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”, (SOUZA, 1995, p. 78), e nesse sentido, o meio urbano é um reflexo das hierarquias estabelecidas na sociedade. Para Joice Berth, “é fundamental compreender a cidade também como espaço de consolidação de convicções, ideias, práticas e, ainda, de articulação das tecnologias de opressões usadas e aprimoradas no decorrer do tempo” (BERTH, 2023, p. 18). Isso significa que, ao tratar de um espaço geográfico, é essencial levar em consideração as questões de raça, classe e gênero que o moldaram.

Historicamente, a distribuição espacial e populacional da Baixada Fluminense está ligada de maneira intrínseca ao processo de urbanização da região metropolitana do Rio de Janeiro no qual,

“as classes mais altas no Rio se concentram no núcleo, em soluções de elevadas densidades. Por outro lado, o núcleo e sua periferia imediata nas cidades americanas são abandonados pelos mais ricos, que os deixam como local de moradia para os pobres, obrigados a suportar todos os ônus da urbanização, tais como degradação edilícia, poluição, falta de segurança.” (ABREU, 1997, p. 17)

Até 1943, a região que hoje compreende-se como Baixada Fluminense, era o município de Iguçu. O que antes era um espaço estritamente rural, especialmente citricultor, passou por um processo de periferação no século XX, especialmente a partir da criação de estradas de ferro que ligavam o local à Central do Brasil (SILVA, 2017). Isso permitia que, cada vez mais, os moradores pudessem se deslocar para trabalhar nas

⁴ Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

regiões centrais da cidade do Rio.

Nesse sentido, mesmo com o fim da escravidão, a ordem casa-grande/senzala foi reproduzida na consolidação das cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, na disposição centro/periferia. Assim, o espaço da cidade se torna fragmentado e o isolamento dos indivíduos indesejados funciona como um artifício de exclusão e de proteção. E um dos meios para construir essa divisão do espaço urbano é o chamado “*redlining*”. Berth aponta que essa é uma linha simbólica que delimita os espaços brancos e não brancos das cidades.

“Os limites de ir e vir nas cidades não são institucionais, são simbólicos e psicológicos, mas sobretudo, cumprem com o que se destinam: segregar os indesejados de acordo com os marcadores de raça e classe.” (BERTH, 2023, p. 197)

Em outras palavras, é preciso que a margem tenha delimitações fortes e profundas para que seja realmente reconhecida e vigore justificando, assim, a marginalização. Por esse motivo, não foi apenas a configuração espacial que se transportou no processo de urbanização, mas também todas as informações sociais que eram impressas nesse contexto (BERTH, 2023). Dessa maneira, estereótipos que “já recaíam sobre o povo negro e o local de permanência na Colônia ressurgem nas cidades” (BERTH, 20223, p. 142).

À vista disso, o imaginário social surge como uma ferramenta crucial de manutenção das margens (GLORIA, FERNANDES, 2021). Especialmente porque, de acordo com Wunenburger (2007), ele torna disponíveis técnicas de pensamento simbólico e analógico que podem interferir em diversos graus nos processos cognitivos. Isto é, constroi ordem, sentido e compreensão das coisas, mesmo que sua explicação seja impossível. Ao mesmo tempo, dá motivos e fundamentos para determinadas ações. Nesse sentido, “o imaginário serve para dotar os homens de memória fornecendo-lhes relatos que sintetizam e reconstroem o passado e justificam o presente” (WUNENBURGER, 2007, p. 63).

Por conseguinte, muitas histórias são criadas e narrativas construídas a partir de categorias fixas, que marcam determinados indivíduos como perigosos, relegando-os ao outro lado da margem (GLORIA, FERNANDES, 2021). No entanto, é importante destacar, como apontam Gloria e Fernandes, que essa prática de isolar grupos e pessoas marginalizadas “em muito pouco tem a ver com proteger a população de um criminoso

e muito mais com a necessidade de proteger o pensamento vigente instituído, mantendo a crença ou coesão e unidade” (2021, p. 33).

Jornalismo e criação de histórias únicas

O jornalismo, enquanto produtor de narrativas e um dos pilares discursivos da sociedade, é um instrumento de reprodução de lógicas de dominação oriundas da colonização brasileira. Especialmente porque sua práxis se baseia em ideais moderno-iluministas como a neutralidade e a objetividade, que são marcados pela pretensão universal do pensamento europeu – no qual seres subalternos e racializados são excluídos da produção intelectual (CAVALCANTI, 2022).

Esses conceitos funcionam como uma espécie de metodologia que tenta inibir a atuação da subjetividade no relato dos acontecimentos, de maneira a priorizar a comunicação dos fatos. No entanto, o lugar do relato no jornalismo, principalmente na mídia hegemônica brasileira, é uma posição de poder. E dinâmicas como os critérios de noticiabilidade, que determinam certos fatos como mais significativos que outros, garantem que os valores predominantes na sociedade sejam reproduzidos e chancelados por um discurso que carrega em si credibilidade (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019).

É nesse espaço midiático que acontecem as histórias únicas, um conceito criado e divulgado por Chimamanda Adichie (2019) para nomear os casos em que uma narrativa é contada de apenas um ponto de vista, seja na literatura, no jornalismo ou nas mídias audiovisuais, por exemplo. Essa dinâmica não só reduz o conhecimento sobre determinado fato, como cria estereótipos desumanizantes sobre aqueles que não têm a autoridade do relato. Isto é, quando uma narrativa é contada de apenas um ponto de vista, histórias únicas são criadas.

E ao tratar da produção dessas histórias únicas e narrativas desumanizantes no jornalismo, um fator significativo é o da localização geográfica. Adichie destaca que a África, por exemplo, desde o período da colonização, vem sendo representada na literatura e, depois, na mídia como um lugar de catástrofe e pobreza. Essa imagem, pautada na desigualdade acaba por simplificar a experiência dos indivíduos no continente, tornando difícil o reconhecimento da humanidade comum. Nesse sentido, tratar das histórias únicas construídas pela mídia ajuda a compreender a formação de determinados imaginários sociais.

Baixada, um imaginário de violência e pobreza construído pela mídia

Há mais de sete décadas, a representação da Baixada Fluminense pela imprensa é marcada por imagens, em geral, associadas à violência. Ana Lúcia Enne (2004) aponta que a partir da exploração dessa violência, como um recurso para garantir a vendagem de jornais, cria-se “um imaginário acerca da região onde somente esse ângulo deveria ser destacado” (ENNE, 2004, p. 96). A autora defende que esse imaginário de “violência” e “desmando público” foi construído pela imprensa carioca especialmente entre as décadas de 60 e 90. Em 1970,

a imagem da “Baixada Fluminense”, na imprensa, já está marcadamente associada à violência. A ação dos grupos de extermínio na região (garantindo a “segurança local” ou utilizando a Baixada como ponto de “desova” para corpos que tenham sido assassinados em outros locais) transformou a Baixada em sinônimo de “criminalidade”. (ENNE, 2004, p. 103)

Enne destaca editoriais como o publicado pelo O Globo, de 1977, que trata da “fauna criminosa da Baixada Fluminense. Ou o do Jornal do Brasil, intitulado “Câncer vizinho”, que definiu a Baixada enquanto um local “onde a lei do gatilho é tão natural quanto a lei da gravidade”.

A construção desse imaginário contribui, enfim, para a segregação espacial e simbólica do território da Baixada Fluminense, como indica José Cláudio Alves:

“as revelações produzidas pelas investigações farão com que a imprensa funcione ao mesmo tempo como elemento de segregação da Baixada, identificando-a como outra sociedade, terra sem lei, lugar onde a feiura se associa ao crime ou câncer vizinho, e como instrumento de pressão no aprofundamento das investigações promovidas pela Delegacia de Homicídios. Uma ambiguidade que se estabelece entre a solidariedade e a rejeição.” (ALVES, 1998, apud ENNE, 2004, p. 103)

Conclusão

À vista disso, é possível afirmar que a história única de “violência” e “falta de políticas públicas”, construída pela mídia hegemônica carioca desde a década de 1960, contribuiu para um imaginário social de precariedade e selvageria acerca da Baixada Fluminense. Essa narrativa, ainda reproduzida pelo jornalismo nos dias de hoje, também colabora para que a região continue marginalizada no âmbito social.

É importante destacar que a Baixada sofre de fato com problemas sociais e de segurança pública. Segundo levantamento do Instituto Fogo Cruzado⁵, a região teve 3.676 tiroteios entre 2020 e 2023, nos quais 2.119 pessoas foram baleadas e dessas, 1.189 morreram. Entre elas, 22 eram adolescentes e 13 crianças. Só no ano de 2023, por exemplo, onze crianças foram baleadas e quatro delas morreram⁶. No entanto, as questões relativas à segurança pública não são a única faceta da Baixada Fluminense.

O projeto “Existe amor na BXD”⁷, por exemplo, surgiu como o documentário de 2023⁸, a partir da necessidade de construir uma narrativa sobre a Baixada Fluminense através do olhar de quem vive na região, desafiando o imaginário social já consolidado⁹. Hoje, se tornou um movimento de afirmação do amor pela Baixada, de resistência e ressignificação das narrativas sobre esse território. Nessa perspectiva, como coloca Joice Berth:

“o lugar de subalternidade social que se materializa nas cidades merece se consolidar como lugar de insurgência, de reivindicação histórica de poder social e de reconhecimento da importância de cada cultura excluída.” (2023, p. 27)

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BERTH, J. **Se a cidade fosse nossa**. Paz e Terra, 2023.
- CAVALCANTI, J. S. Colonialidade, história única e desumanização no jornalismo hegemônico: o caso dos meninos de Belford Roxo. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Jornalismo)** – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

⁵ Dados disponibilizados por e-mail.

⁶ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/11/6734469-sobe-para-24-o-numero-de-criancas-baleadas-no-rio-em-2023.html>. Acesso em 10 jun. 2024.

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/existeamornabxd/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

⁸ Existe Amor na BXD, (2023) gênero: documentário, direção e roteiro: Marina Maux, Codireção: Guilherme Leopoldo, Direção de fotografia: Yuri Veriato, direção de produção: Marcos Carneiro, direção de arte: Natalia Marques, som direto: Lucio Perpétuos, realização: Encontrarte Audiovisual.

⁹ Disponível em: <https://www.blog.redley.com.br/territorio-fertil-em-sonhos-existe-amor-na-bxd/>. Acesso em: 26 dez, 2024.

ENNE, A. L.. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. **Ciberlegenda**, n. 14, 2004.

GLORIA, G. P.; FERNANDES, C. S. Marginalidade e potência dos femininos: a força do imaginário em Medusa. In: FERNANDES, Cíntia et al. **Arte, comunicação e (trans)política: as potências dos femininos nas cidades/** Org.: Cíntia Sanmartin Fernandes, Jess Reia, Patricia Gomes – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.

MORAES, F.; VEIGA DA SILVA, M. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais do 28º Encontro Anual da Compós.** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019.

NUNCA fui mas me disseram. **Direção, produção e montagem: Bruno Vianna, Jacqueline Martins, Priscila Marques, Taisa Moreno e Verônica Trindade.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E8sUcveY6XA>. Acesso em: 20 dez. 2024.
SILVA, L. De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas.** Niterói-RJ. 2017.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná, GOMES, Paulo C. e CORRÊA, Roberto (orgs.). Geografia: conceitos e temas. RJ, Bertrand Brasil, 1995, pp. 77-116.

WUNENBURGER, J.. **O imaginário.** São Paulo: Loyola, 2007